



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**Departamento de Ciência Política e Administração Pública**  
Licenciatura em Administração Pública

**Cooperação Descentralizada e os Serviços Públicos Locais: O caso do ProMaputo II na  
gestão de resíduos sólidos (2011-2020)**

Licenciando: Ernesto Jeremias Langa  
Supervisor: Ph.D. José Jaime Macuane

Maputo, Março de 2025

Ernesto Jeremias Langa

**Cooperação Descentralizada e os Serviços Públicos Locais: O caso do ProMaputo II na gestão de resíduos sólidos (2011-2020)**

Trabalho de fim do curso apresentado ao Departamento de Ciência Política e Administração Pública, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública.

Maputo, Março de 2025

**ERNESTO JEREMIAS LANGA**

**Cooperação Descentralizada e os Serviços Públicos Locais: O caso do ProMaputo II na gestão de resíduos sólidos (2011-2020)**

Data de Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Trabalho apresentado ao Departamento de Ciência Política e Administração Pública, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública.

Mesa de Júri:

O Presidente

---

(Ph.D. Tomás Heródoto Fuel)

O Supervisor

---

(Ph.D. José Jaime Macuane)

O Oponente

---

(Ph.D. Francisco Carlos Da Conceição)

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas para elaboração do mesmo.

O Licenciando

---

(Ernesto Jeremias Langa)

Maputo, Março de 2025

## **DEDICATÓRIA**

A minha mãe Carolina P. Maxlhaeiei e  
minha filha Nellice E. Langa

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e tudo quanto tem feito na minha vida.

Ao meu Supervisor Ph.D. José Jaime Macuane, que para além dos ensinamentos sobre a Reforma do Sector Público despertou em mim a necessidade de ser um profissional de carácter íntegro.

Estendo os meus agradecimentos ao Ph.D. Francisco Carlos Da Conceição, Ph.D. Tomás Heródoto Fuel, ex. Presidente da Assembleia Municipal da Cidade de Maputo Edgar Vasco Muxhlanga, Dr. Eduardo Nguenha, Dra. Luisa Langa Bila; Dr. João Calenga, aos funcionários da Direcção de Serviço Municipal de Ambiente e Salubridade.

A minha amada Alice Ofélia Chambule, a minha mãe Carolina Pedro Maxlhaeiei e aos meus irmãos Estevão Langa, Esmeralda Langa, Joaquina Langa pelo apoio incondicional em todos momentos.

A minha madrinha Etelvina Covane e aos meus colegas e amigos Calisto Chilaúle, Rosa Muhambe e Sidónia Cuinhane.

## EPÍGRAFE

*excessiva dependência de  
um protector pode  
futuramente comprometer  
a sua dignidade*

(Hannah, 1970, p. 303)

## ÍNDICE TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1: Modelo de Análise.....	26
Gráfico 1: Organograma do CMM durante a implementação do ProMaputo II.....	34

## RESUMO

A presente pesquisa tem como tema: Cooperação Descentralizada e os Serviços Públicos Locais: O caso do ProMaputo II na gestão de resíduos sólidos (2011-2020). A mesma foi conduzida com o objectivo de responder a seguinte pergunta: De que forma a cooperação descentralizada contribuiu na melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos no Município de Maputo no período de 2011-2020? Nesta senda avaliamos a Cooperação Descentralizada na prestação do serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos no Município da Cidade de Maputo. Para o cumprimento do objectivo realizamos uma pesquisa de natureza aplicada e explicativa apoiada no método qualitativo e na abordagem hipotético-dedutivo. Para procedimento foi escolhido o método monográfico apoiado nas técnicas de recolha de dados bibliográfica, documental e entrevistas. A aplicação desta metodologia permitiu-nos concluir que a Cooperação descentralizada no período em estudo introduziu reformas que contribuíram de forma significativa na melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos, entretanto as mesmas não foram acompanhadas por uma verdadeira relação substancial colaborativa que permitisse uma participação activa dos cidadãos e do CMM, não criando bases de capacitação, emponderamento e sustentabilidade de um serviço de gestão de resíduos sólidos de qualidade a longo prazo.

**Palavras-chave:** Cooperação descentralizada; Gestão de Resíduos Sólidos; ProMaputo II.

## LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- ABC** – Agência de Cooperação Brasileira
- ACP** – África, Caraíbas e Pacífico
- AFD** – Agência de Desenvolvimento Francesa
- BM** – Banco Mundial
- CD** – Cooperação Descentralizada
- CE** – Comissão Europeia
- CMM** – Conselho Municipal de Maputo
- DGRSU** – Departamento de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
- DSMAS** – Direcção de Serviço Municipal de Ambiente e Salubridade
- EDM** – Electricidade de Moçambique
- GIZ** – Agência Alemã de Cooperação Técnica
- GRS** – Gestão de Resíduos Sólidos
- IDA** – *International Development Association*
- JICA** – Agência Internacional de Cooperação Japonesa
- MID** – Modelo integrado de Desenvolvimento
- MITADER** – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
- MOPA** – Programa de Monitoria Participativa
- ONG** – Organização Não Governamental
- PDGRSU** – Plano Director de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
- PNUD** – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
- PROL** – Programa de Reforma dos Órgãos Locais
- PROMAPUTO II** – Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo – Fase 2
- 3R's** – Reduzir, Reutilizar e Reciclar

## SUMÁRIO

<b>DECLARAÇÃO DE HONRA .....</b>	<b>i</b>
<b>DEDICATÓRIA.....</b>	<b>ii</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>iii</b>
<b>EPÍGRAFE.....</b>	<b>iv</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>v</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS .....</b>	<b>vii</b>
<b>1 CAPÍTULO - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Contextualização .....	12
1.2 Problema de pesquisa .....	14
1.2.1 Pergunta de pesquisa .....	15
1.3 Hipótese.....	15
1.4 Justificativa.....	16
1.4.1 Delimitação do Tema.....	16
1.5 Objectivos de pesquisa .....	17
1.5.1 Geral .....	17
1.5.2 Específicos.....	17
<b>2 CAPÍTULO - REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>18</b>
2.1 Cooperação Descentralizada .....	18
2.2 Serviços Públicos .....	21
2.3 Avaliação da cooperação descentralizada .....	23
2.3.1 Modelos de Avaliação da cooperação descentralizada.....	24
2.3.1.1 Avaliação participativa .....	24
2.3.1.2 Avaliação geradora de <i>empowement</i> .....	24
2.3.1.3 Avaliação geradora de novos conhecimentos.....	24
2.3.2 Indicadores da avaliação da cooperação descentralizada.....	25
2.4 Modelo de Análise .....	26

<b>3</b>	<b>CAPÍTULO - QUADRO TEÓRICO .....</b>	<b>27</b>
3.1	Teoria Geral do Desenvolvimento Local .....	27
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO - METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
4.1	Tipo de pesquisa.....	31
4.2	Método de Procedimento .....	31
4.4	Plano amostral .....	32
4.5	Limitações da pesquisa.....	32
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>33</b>
5.1	Descrição do Município de Maputo .....	33
5.1.1	Localização Geográfica .....	33
5.1.2	Estrutura Político-administrativa.....	33
5.1.2.1	Estrutura Administrativa do Conselho Municipal de Maputo.....	34
5.2	ProMaputo II a manifestação da Cooperação Descentralizada no Serviço Público.....	35
5.2.1	A sub- componente “E” do ProMaputo II: Gestão de Resíduos Sólidos.....	35
5.3	Apresentação e discussão dos resultados .....	36
5.4	O papel dos actores envolvidos na cooperação e o grau de participação no desenho dos objectivos dos ProMaputo II. ....	36
5.5	Identificar o nível de capacitação, sustentabilidade e empoderamento gerado pela cooperação descentralizada na gestão de resíduos sólidos.....	38
5.5.1	A Nível da Capacitação .....	38
5.5.2	Capacidades administrativas.....	38
5.5.3	Sistema de Recolha Duplo.....	39
5.5.4	Capacidade de Colecta de Resíduos .....	40
5.5.5	Capacidade Financeira.....	41
5.6.	Empoderamento .....	42
5.7	Sustentabilidade .....	44
<b>6</b>	<b>CAPÍTULO - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>

6.1 Recomendações .....	48
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>49</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

## 1 CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

A cooperação descentralizada é uma abordagem da cooperação para o desenvolvimento caracterizada pela descentralização das iniciativas e da relação com os países em desenvolvimento, pela inclusão de uma grande variedade de novos actores não-estatais e por uma verdadeira participação dos actores dos países beneficiários no seu próprio desenvolvimento.<sup>1</sup>

Nos últimos anos, à medida que a cooperação para o desenvolvimento começou a incorporar a lógica do processo de mudança nas relações internacionais conduzida pela revolução tecnológica das comunicações e pela resultante aceleração da globalização, a intervenção de organizações não estatais, autoridades regionais e locais na agenda do desenvolvimento (COLL; DALMASES, 2013).

Neste contexto a Cooperação Descentralizada é um mecanismo que pode contribuir para o fortalecimento das capacidades das autoridades locais e melhorar a qualidade assim como ampliar o acesso dos serviços públicos locais o que se enquadra nos objectivos do desenvolvimento sustentável.

É neste âmbito que nos propusemos a analisar o tema “**Cooperação Descentralizada e os Serviços Públicos Locais: O caso do ProMaputo II na gestão de resíduos sólidos**” de forma a compreender em que medida a cooperação descentralizada contribuiu na melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos no Município de Maputo no período de 2011-2020.

Segundo Unceta, et al. (2015) a discussão sobre o tema cooperação descentralizada é geralmente feita a partir de uma visão genérica, mostrando poucas evidências práticas. Certas vantagens têm sido atribuídas a cooperação descentralizada, mas a sua real contribuição, com base nas experiências realizadas não foi analisada. Sobre este argumento buscamos por evidências práticas e avaliar a Cooperação Descentralizada na prestação do serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos no Município da Cidade de Maputo (2011-2020).

Procuramos ultrapassar a ortodoxia na avaliação da cooperação e recorreremos a uma abordagem de Avaliação geradora de novos conhecimentos. Proença (2009) descreve este tipo de avaliação como sendo aquela que mais potencialidades terá para a formação de

---

<sup>1</sup> Instituto Marques de Valle Flor (2013). *Manual de Casos Práticos. Desenvolvimento e Cooperação Descentralizada*. p.19. <https://cupdf.com/document/manual-de-casos-praticos.html>

competências no campo da cooperação. Em termos de organização o trabalho está dividido em seis. O primeiro capítulo é referente à Introdução, apresenta a Contextualização da Cooperação Descentralizada em Moçambique, seguido pelo Problema de Pesquisa, a Justificativa e os Objectivos do trabalho. O segundo capítulo faz a revisão da Literatura. O terceiro capítulo é dedicado ao quadro teórico, O quarto capítulo apresenta a metodologia da pesquisa usada no presente trabalho. O quinto capítulo faz análise e interpretação dos dados recolhidos. O sexto e último capítulo apresentam as considerações e recomendações da pesquisa, bem como as referências bibliográficas usadas.

## **1.1 Contextualização**

Em Moçambique a CD, teve indícios na década de 80 num contexto em que a capacidade do Estado estava debilitada. Foi num período precedente à implementação da política do engajamento construtivo que surgiram os prenúncios de cooperação descentralizada, em que agências multilaterais americanas, ofereciam ajuda directa em alimentos para a população de Moçambique (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

Mais tarde o conceito de cooperação descentralizada surge com aprovação do Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL) financiado pelo Banco Mundial, que tinha como objectivo reformar o sistema de administração local do Estado vigente e a sua transformação em órgãos locais dotados de uma personalidade jurídica própria distinta do Estado dotada de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O surgimento e aplicação do conceito de cooperação descentralizada em Moçambique está intimamente ligado ao processo de descentralização territorial, por isso muitos projectos e programas de cooperação descentralizada visam o apoio ao processo de descentralização. Passamos a citar alguns dos exemplos segundo Chichava e Faria, (1999).

A Comissão Europeia apoiou o processo de descentralização em Moçambique, no âmbito dos objectivos que a CE assumiu como prioritários de apoio ao processo de pacificação e democratização do país, ao desenvolvimento socio-económico (com a participação dos principais beneficiários, nomeadamente das comunidades locais, e o apoio ao desenvolvimento do sector privado), ao reforço de uma boa governação.

A Noruega apoiou a administração central na área da saúde, no sentido de promover a descentralização no sector (em estreita colaboração com o Ministério da saúde), e no apoio ao

desenvolvimento rural, com acções variadas que vão desde a construção de estradas ao apoio à administração local no quadro da reforma administrativa. É no quadro do apoio ao desenvolvimento rural que se inscreveu o programa de Fundos de Desenvolvimento Comunitário.

A USAID foi um dos dadores que amplamente apoiou à descentralização e à participação democrática ao nível local. O objectivo geral do programa da USAID para Moçambique era a ampla participação na vida política e o crescimento económico, com base na política ou intenções do governo em avançar com e criar condições para uma economia de mercado, promover a reconciliação, a participação e a democratização da vida política nacional.

A Suécia apoiou a área da administração pública com programas de formação de recursos humanos, geminações de cidades/vilas, apoiou também a projectos do MAE em distritos piloto, nomeadamente para levantamento da situação e capacidade nos distritos (mas que acabaram por não se concretizar em acções concretas).

Contudo na prática até o final da década 90 a utilização de abordagens do tipo cooperação descentralizada permanecia em grande medida limitada e subaproveitada no contexto moçambicano (CHICHAVA; FARIA, 1999). E desde a segunda metade da década de 1990, existiram vários projectos de apoio financiados pelos doadores destinados a municípios seleccionados, que foram analisados noutra lugar. Partindo de pequenos projectos, alguns sem orientação estratégica, incidindo em alguns municípios seleccionados pelo respectivo doador e com pouco alinhamento e coordenação entre eles (WEIMER; CARRILHO, 2017).

Entretanto a cooperação descentralizada tem crescido em Moçambique talvez seja o reconhecimento das suas especificidades, e o potencial da cooperação descentralizada que tornam a sua contribuição extraordinária para a governação descentralizada, principalmente em um contexto de fragilidades e desafios produzidos por um processo de descentralização das políticas sociais, especificamente com a transferência de poder de decisão e de recursos do governo central para o governo local, sendo que os processos de descentralização tendem a transferir responsabilidades para as autoridades locais sem os recursos correspondentes. (UNITED NATIONS, 2008).

Sendo assim, a cooperação descentralizada pode permitir aprendizagem entre pares e assistência técnica, para além de que oferece uma ferramenta eficaz para fortalecer a capacidade administrativa e técnica dos governos locais permitido que prestem serviços com

eficiência. E reforçar as capacidades dos cidadãos e associações para tomar parte no processo de tomada de decisão a nível local (NGANJE, 2015).

## **1.2 Problema de pesquisa**

O conceito de cooperação descentralizada em Moçambique é pouco conhecido entretanto os estudos de Hafteck (2003), Nganje, (2015) e Rampini, (2015), citam a cidade Maputo, capital de Moçambique, como um dos exemplos no campo da CD. A cooperação descentralizada pode ajudar as autoridades locais de países em desenvolvimento como Moçambique a reforçar suas capacidades principalmente na gestão de serviços urbanos básicos.

Em Moçambique a taxa anual de crescimento demográfico é estimada em 2,9%, com uma taxa de crescimento populacional urbano de 3,2%. Segundo estatísticas demográficas de 2005 e 2015 a percentagem da população que reside em cidades aumentou de 30% para 32,2%, e este crescimento populacional que afecta as grandes cidades e vilas, demanda cada vez mais por serviços urbanos básicos (ILAL; WEIMER, 2017). Os serviços urbanos básicos estão fora do alcance da maioria dessa população. Os relatórios do Banco Mundial reportam que a taxa de cobertura de serviços básicos de colecta de resíduos sólidos atinge aproximadamente 30% dos residentes. Apesar de não existirem dados exactos, acredita-se que seja correcto assumir essa proporção (MALOA, 2019).

Essa situação não é diferente no Município da Cidade de Maputo, olhando em particular para o serviço de gestão de resíduos sólidos, este tem sido “caracterizado por grandes desafios destacando as dificuldades técnicas de organização da recolha e deposição final de resíduos e falta de recursos financeiros e humanos destinados ao sector de resíduos.”<sup>2</sup> O que pode ser compreendido como fraca capacidade institucional que é a inabilidade de não exercer “as funções (tarefas) que as instituições deveriam ter a competência (capacidade) para realizar e os recursos (humanos, técnico e financeiro) e estruturas que as instituições precisam para esse fim” (HERMANI; NERI, 2017).

Essas ineficiências e restrições de recursos limitam a capacidade do Conselho Municipal de Maputo de fornecer serviços de qualidade aos seus cidadãos, traduzindo-se em consequências negativas na saúde pública e no ambiente, esse facto é reconhecido também pelo Banco Mundial, ao afirmar que os Municípios de Maputo identificaram a recolha de resíduos como a

---

<sup>2</sup> Ministério da Administração Estatal e Função Pública (2018). *A Produção e a Gestão de Resíduos em Moçambique: Considerações prévias*. Maputo, Fevereiro de 2018.

principal prioridade com o potencial para ter um impacto nas suas vidas, de acordo com Inquérito aos Cidadãos por Cartão de Pontuação do Cidadão.<sup>3</sup>

Uma deficiente recolha de resíduos é considerada como um risco para a saúde e uma ameaça para a vida, originando a poluição do ambiente e sendo responsável por diversas epidemias mortais como a malária, cólera, febre tifóide entre outras, que afectam de uma forma desproporcionada as pessoas mais pobres. Os resíduos sólidos também contribuem para as repetidas cheias, bloqueando as linhas de água e entupindo os sistemas de drenagem.<sup>4</sup>

Diante desses desafios mencionado e partindo da perspectiva teórica a cooperação descentralizada é vista como um mecanismo que tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável local através do fortalecimento das capacidades dos governos locais e das suas comunidades para solucionar os seus problemas. E não é possível pensar no desenvolvimento local sustentável sem serviços responsivos a demanda dos cidadãos.

Nesta senda foi no contexto da “contínua crise de resíduos persistente, que parceiros internacionais (Banco Mundial), governo central e local fizeram intervenções perceptíveis para melhorar a gestão”(MBIBA, 2014:2); através de uma iniciativa baseada na cooperação descentralizada, foi desenhado o Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo II, este tinha como objectivo geral melhorar a oferta e sustentabilidade dos serviços municipais prioritários no Município de Maputo o que incluía a gestão de resíduos sólidos.

### **1.2.1 Pergunta de pesquisa**

De que forma a cooperação descentralizada contribuiu na melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos no Município de Maputo no período de 2011-2020?

### **1.3 Hipótese**

Para respondermos a nossa pergunta de pesquisa formulamos a seguinte hipótese.

- A cooperação descentralizada no Município de Maputo no período de 2011-2020, contribuiu de forma significativa introduzindo reformas que resultaram na melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos. Não obstante algumas limitações persistente pois o programa não gerou capacidade de empoderamento e sustentabilidade a longo prazo na gestão de resíduos sólidos após o seu término.

---

<sup>3</sup> <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2018/02/20/improving-service-delivery-in-maputos-poor-neighborhoods>

<sup>4</sup> <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2018/02/20/improving-service-delivery-in-maputos-poor-neighborhoods>

## **1.4 Justificativa**

A razão da pesquisa deve-se ao facto da CD estar inserida no quadro de transformações na prestação de serviços públicos e a sua discussão geralmente ser feita à partir de uma visão genérica, mostrando poucas evidências práticas. E certas vantagens têm sido atribuídas a cooperação descentralizada, mas a sua real contribuição, com base nas experiências realizadas não foi analisada (UNCETA; VILLENA; LABAIEN, 2015), principalmente no contexto moçambicano em que literatura que aborda sobre o tema e sua relevância no processo da prestação de serviços públicos locais é quase que inexistente.

Nesse caso há necessidade de compreendermos a prestação de serviços públicos locais a partir da cooperação descentralizada e como ela pode agregar maior eficiência à prestação de serviços públicos locais, principalmente no contexto moçambicano em que sua prestação é caracterizada por uma certa “precariedade” e “carência” administrativa.

Ao compreender melhor este fenómeno de forma concreta dentro da Administração pública moçambicana pode ajudar a perceber como a cooperação descentralizada pode ser um mecanismo que resulta em serviços públicos locais de qualidade e que respondam a real necessidade do cidadão a nível local em particular no CMM.

### **1.4.1 Delimitação do Tema**

A escolha do Município de Maputo justifica-se pelo facto do CMM, ser um exemplo no quadro da cooperação e por beneficiar de vários projectos de cooperação entretanto não há estudos que analisam o seu impacto na prestação de serviços públicos. Quanto ao critério temporal de 2011-2020 é por este ser o período em que o Município de Maputo e o Banco Mundial implementaram o Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo Fase II (ProMaputo II), este período permite compreender os efeitos do programa durante e após o término da sua implementação. Por razões de exequibilidade analisamos apenas o serviço de gestão de resíduos sólidos e por ser o serviço que mais atenção recebeu do ProMaputo II.

## **1.5 Objectivos de pesquisa**

### **1.5.1 Geral:**

- Avaliar a Cooperação Descentralizada na prestação do serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos no Município da Cidade de Maputo (2011-2020).

### **1.5.2 Específicos:**

- Explicar o papel dos actores envolvidos no programa e o grau de participação na gestão de resíduos sólidos;
- Identificar o nível de capacitação e empoderamento gerado pela cooperação descentralizada na gestão de resíduos sólidos;
- Analisar a sustentabilidade dos resultados do programa no serviço de gestão de resíduos sólidos na cidade de Maputo.

## 2 CAPÍTULO - REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Cooperação Descentralizada

Esta parte da pesquisa será apoiada em grande parte no trabalho usualmente citado de Hafteck (2003). Partindo da perspectiva histórica, a origem da CD é dupla. No cenário da cooperação para o desenvolvimento, o conceito surgiu quando o conjunto de actores envolvidos em projectos de desenvolvimento se ampliou como resultado de grandes mudanças nos temas e abordagens da ajuda. No campo das relações internacionais entre governos locais, as actividades de CD surgiram na medida em que o escopo das geminações municipais também se ampliou para envolver parceiros de países em desenvolvimento ou em transição (HAFTECK, 2003).

Na sua mais ampla abordagem a CD, surge na Convenção de Lomé IV entre a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) no final dos anos 1980, com o objectivo de superar a relação quase que exclusiva entre governos e administrações centrais de países doadores e beneficiários.<sup>5</sup>

Podemos afirmar que este conceito surgiu para descrever principalmente a cooperação financiada por doadores entre os governos locais do Norte e os seus homólogos do sul, para fins de apoio ao desenvolvimento local, também surge para defender a introdução de novos actores na definição e execução das políticas de cooperação dando uma maior participação aos países receptores e envolver a sociedade civil na promoção do desenvolvimento interno.

O conceito da cooperação descentralizada, foi sofrendo diferentes formas de aceções de diversas organizações envolvidas em acções de cooperação principalmente de actores-chave do desenvolvimento.

No quadro do compromisso com os países em desenvolvimento a Comissão Europeia olha para a CD como:

“Uma nova abordagem da cooperação que busca estabelecer relações directas entre instituições de representação local, além de estimular a capacidade dessas instituições para elaborar e executar projectos de desenvolvimento com participação directa da população, levando em consideração seus interesses e pontos de vista sobre desenvolvimento.”<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/MEMO\\_95\\_10](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/MEMO_95_10)

<sup>6</sup> (Comissão Europeia, 1992) *apud* (Perpétuo, 2018, p.110)

Esta interpretação não se distancia muito da interpretação de outros actores-chave como o Banco Mundial (BM), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas<sup>7</sup> (PNUD), a Agência de desenvolvimento Francesa (AFD), e a Agência de Cooperação Brasileira (ABC). Embora as suas interpretações de cooperação descentralizada são de contextos diferentes no entanto são unânimes ao incluírem a participação de um amplo espectro de actores subnacionais num âmbito de uma parceria mais ou menos formal entre governos locais de diferentes países (NGANJE, 2015).

Apesar da diversidade de interpretações é notável a existência de três elementos comuns a destacar: Os principais actores (governos locais); Um objectivo abrangente (desenvolvimento local sustentável); A natureza das actividades realizadas (intercâmbios e apoio) (Idem: 336).

A presença destes elementos na forma como a CD é interpretada revela que cooperação é orientada para o desenvolvimento entre os agentes a nível subnacional, e a forma como é definido pelos diferentes actores revela nuances na compreensão e aplicação do conceito, entretanto das diversas interpretações uma definição compacta da CD é apresentada por Hafteck (2003):

“Cooperação descentralizada consiste em uma relação substancial colaborativa entre governos subnacionais de diferentes países, visando a um desenvolvimento local sustentável que implica algumas formas de trocas e suportes conduzidas por estas instituições ou outros actores locais.”

Esta interpretação não deve ser vista como um denominador comum entre as várias interpretações, mas em vez disso, ela procura explicitar o que a maioria das entidades envolvidas na cooperação descentralizada pretende dizer quando se refere:

- ***Os principais actores*** - governos essencialmente locais (principalmente municípios), mas também governos regionais, distritos, etc. A questão do território geográfico e das áreas de jurisdição está implícita e está directamente relacionada às instituições envolvidas;
- ***Seu objectivo amplo*** - desenvolvimento a nível local. Mencionar desenvolvimento sustentável indica que a CD implica a realização de actividades em um ou vários países em desenvolvimento ou em países em transição;

---

<sup>7</sup> “Decentralized cooperation includes any project, initiative, or partnership for development cooperation among at least one European and one African sub-national authority.” Esta definição é apresentada no contexto da cooperação Norte e Sul pelas Nações Unidas, (2008).

- *Os meios envolvidos* - intercâmbio de pessoas e *know-how*, contribuições monetárias ou em espécie (incluindo consultoria serviços, suprimentos e treinamento). A expressão "relações colaborativas substanciais" exclui da CD esses vínculos superficiais com objectivos pouco claros;
- *E a participação e contribuições da sociedade civil, dos sectores privado e organizações sem fins lucrativos*. Esses actores locais têm colaborado cada vez mais com as autoridades locais em suas localidades em uma variedade de assuntos (Parcerias Público-Privadas ou Parcerias Público-Comunidade). Eles também estão envolvidos em actividades internacionais realizadas por seus governos locais (Idem: 336).

A interpretação que Hafteck<sup>8</sup> apresenta, é a mais apropriada a ser considerada na nossa pesquisa, a mesma leva-nos a compreender que a CD não é uma entrega ou uma forma de ajuda, mas a sua essência reside na reciprocidade de esforços e benefícios entre os parceiros. E esta reciprocidade traduz-se numa participação e contribuição activa levadas a cabo, nomeadamente, através das administrações públicas descentralizadas (autarquias locais), ONG, associações e organizações, empresas privadas, sindicatos, universidades e igrejas<sup>9</sup>, e são estes factores que distingue a cooperação descentralizada de outros tipos de cooperação para o desenvolvimento.

Entretanto, o envolvimento de múltiplos actores no processo da CD não é *per se* a garantia do sucesso das acções desenvolvidas por essas parcerias, é necessário a observação dos seguintes requisitos que definirão a qualidade dessas parcerias: i) reconhecer e aceitar a necessidade da parceria; ii) ter clareza e realismo no seu propósito ii) garantir o compromisso e a apropriação; iv) desenvolver e manter a confiança; v) criar formas de procedimento claras e fortes; vi) monitorizar, medir, aprender; vii) alimentar uma cultura de parceria em cada organização, indivíduo e grupo; viii) envolver todos os *stakeholders* relevantes, numa forma que lhes faça sentido; ix) desenvolver uma comunicação efectiva (PROENÇA, 2009).

Para que ocorram as acções de CD a condição *sine qua non* é a existência de actores subnacionais embora esse seja o imperativo categórico dificilmente a CD pode ocorrer a margem das agências centrais dos Estado por causa do *ethos* dos entes subnacionais (em

---

<sup>8</sup> Cooperação Descentralizada consiste em relações de colaboração substanciais entre os governos sub-nacionais de países diferentes, visando o desenvolvimento sustentável local, implicando algum tipo de troca ou apoio realizado por estas instituições ou outros actores de base local. (Tradução do autor)

<sup>9</sup> <http://www.redesparaodesenvolvimento.org/v1/images/stories/FichasTematicasCDdescentralizada.pdf>

particular as autarquias), por isso duas dimensões básicas são imprescindíveis e devem ser consideradas.

A primeira dimensão é de ordem jurídica: Os entes subnacionais não têm, por princípio, capacidade jurídica para celebrar acordos com governos estrangeiros ou organismos internacionais sem a interveniência dos seus respectivos governos centrais, sendo-lhes permitido apenas assinar instrumentos de menor teor de obrigações na hierarquia dos actos internacionais desde que não firam o arcabouço normativo básico do país ou objectivos e metas de políticas públicas de alcance nacional (CORRÊA, 2010).

E a segunda dimensão é a coordenação dos actores públicos: A coordenação entre os governos centrais e os actores subnacionais não requer, necessariamente, uma regulamentação própria, podendo isso implicar em mais burocracia e menor eficiência. O possivelmente o modelo mais adequado seria o baseado em uma rede de troca de informações ou uma instância de coordenação, a qual exerceriam as seguintes funções: I) definir procedimentos de comum acordo envolvendo a ancoragem jurídica das acções de cooperação descentralizada; II) implantar um fluxo de informações que permitissem ao governos centrais contabilizar essas parcerias ao nível subnacional no levantamento geral da cooperação internacional do país; III) permitir aos governos centrais actuar preventivamente na prestação de orientação e assessoria aos entes subnacionais aquando da negociação de iniciativas de CD (Idem).

A observação não só das dimensões acima referenciadas mais também de outros factores pode servir de farol para orientar os Estados e seus respectivos entes subnacionais de forma a reduzir os riscos não desejáveis inerentes ao processo de CD.

## **2.2 Serviços Públicos**

Nesta parte procuramos debater sobre os serviços públicos como já referenciamos é inconcebível a ideia de desenvolvimento sem serviços básicos que respondem a real necessidade do cidadão. De acordo com Nóbrega (2017), desde o seu surgimento o serviço público esteve numa crise indicada pelos Juristas da Escola de Bordeaux, a qual buscava determinar os elementos necessários para a formulação de um conceito, entretanto essa busca não cessou o problema e a discussão teórica, pois as guerras, a fragilidade das democracias, as reformas administrativas em defesa da privatização e outras metamorfoses estiveram no percurso do serviço público. Por isso a definição do serviço público é passível de um

conjunto de inflexões históricas, económicas teórico-dogmáticas e ideológicas (SILVEIRA; HARET, 2016).

Do ponto de vista histórico a mudança sobre a percepção em torno do serviço público parte da década de 80, instigada pela crise da década de 70 que levou ao refreamento financeiro e o crescimento da insatisfação pública para com a qualidade dos serviços prestados, levando à necessidade de buscar-se novas formas de organização e de nova abordagem de prestação de serviços (CONFORTO, 1997).

Contudo, mesmo com essa mudança de percepção do que é o serviço público, o seu conceito ainda é contextual conforme a organização política e o grau de desenvolvimento de cada sociedade. De forma genérica, entende-se que o serviço público deva atender às necessidades colectivas. Deste modo, o serviço público pode figurar num instrumento do desenvolvimento económico no que refere a melhoria da qualidade de vida, protecção, melhoria das condições de saúde e de salubridade da população, principalmente nos países em desenvolvimento.

A correcta prestação de serviços públicos faz parte da política compensatória e de redistribuição de renda. Isto significa que uma parcela da população com renda insuficiente, para sustentar as suas necessidades e ter condições de se desenvolver através dos benefícios trazidos pelos serviços públicos (ABIKO, 2011).

No diz que respeito aos serviços públicos locais actualmente “os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos de maior importância para as populações desde da educação, acção social, ordenamento territorial até ao abastecimento e tratamento de água, a recolha e tratamento de resíduos sólidos e à promoção do desenvolvimento regional (RODRIGUES et al., 2009:81).”

A prestação de serviços públicos pelo “governo local tem muitas vantagens económicas em comparação com o governo central, nomeadamente no que diz respeito aos serviços, que requerem um conhecimento nítido dos interesses e necessidades dos cidadãos nas cidades e centros urbanos e rurais e uma interacção proactiva com estes (ILAL; WEIMER, 2017:8).”

Dentro de um panorama de transformações que apresentam-se em novas e complexas formas de prestação dos serviços públicos, e a complexidade poderá ser entendida quer pela focalização na política e no sistema administrativo, quer pela vertente intra-organizacional e gestão pública e estes imperativos deverão ser integrados num ambiente pluralista onde a prestação dos serviços públicos requer a negociação dentro das relações inter-organizacionais complexas e processos de formação de políticas com múltiplos actores (OSBORNE, 2010).

A prestação de serviço público deve ser tomada como orientação filosófica e com o esforços para buscar desenvolver mais altos padrões de responsabilidade política, administrativa e de gestão. E o fundamento dessa orientação é a ideia de que a responsabilidade das administrações públicas é ser provedora de serviços pela população, em interação com ela, rompendo a relação com o velho sentido do prestar serviço para ela. A população deve ser absorvida como parte do novo sistema, com ênfase sobre a questão de que cada parte da nova organização pode e deve contribuir para a qualidade do serviço.

Para Heintzman e Marson (2005 citados por Herian 2014), uma prestação de serviços eficaz não envolve apenas o engajamento efectivo dos cidadãos, mas também envolve funcionários públicos engajados que estão satisfeitos com seu emprego e no trabalho que realizam. É importante reconhecer que a própria provisão eficaz de serviços pode aumentar a confiança no governo. Ou seja, nos casos em que os cidadãos vêem o seu governo prestando serviços de maneira eficaz, e quando estão satisfeitos com a prestação do serviço, a confiança e a segurança aumentam o que pode então impulsionar o apoio para tipos específicos de serviços prestados por uma localidade.

### **2.3 Avaliação da cooperação descentralizada**

Sobre a avaliação da cooperação descentralizada partiremos da perspectiva de Proença (2009), que procura formas de configurar uma avaliação que não tem a função de controlo, mas uma avaliação que procura centrar-se na função de aprendizagem conjunta, no reforço de capacidades para melhorar a intervenção futura.

A definição política do conceito de cooperação descentralizada tem por base a necessidade de reforçar democracia, desenvolvimento e participação em ambos os lados. A procura de novas formas de participação cívica, a mobilização de novos sectores das sociedades, a procura de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Por isso a avaliação da cooperação descentralizada precisa equacionar as mudanças que ela produz na sociedade (PROENÇA, 2009).

Deste modo a avaliação tem procurado ultrapassar a ortodoxia buscando por definições rigorosas e mais apropriados de alguns conceitos, como forma de revalorizar conceitos e critérios que tem sido minimizados pela óptica dos resultados, mas que podem corresponder melhor às mais valias expectáveis na cooperação descentralizada e também as fragilidades.

Entretanto é preciso clarificar os objectivos da avaliação em causa, o tipo de actores envolvidos, a natureza e objectivos do projecto ou programa (Idem).

### **2.3.1 Modelos de Avaliação da cooperação descentralizada**

Segundo Proença (2009) três características devem enformar a avaliação da cooperação descentralizada principalmente os que envolvem vários *stakeholders* de base local. a) centrada na obtenção de lições para o futuro; b) promotora de autonomia, nas várias dimensões e respectivas condições subjectivas; c) fortificadora de redes de sustentabilidade a nível local, propiciadoras de parcerias.

#### **2.3.1.1 Avaliação participativa**

A avaliação participativa é uma abordagem virada para o futuro e pressupõe que a agenda de todos os envolvidos desde as expectativas e estratégias sejam postas em debate. Este tipo de avaliação é mais exigente em vários recursos como o tempo ou nas competências técnicas e a sua essência esta no conhecimento partilhado.

#### **2.3.1.2 Avaliação geradora de *empowerment***

Este modelo de avaliação é um processo democrático na sua essência, desmistifica a avaliação como terreno exclusivo de especialistas, partilha saberes e reconhece a soberania dos participantes nas escolhas quanto ao seu futuro.

Este tipo de avaliação é baseada em 4 pontos pragmáticos:

- Fazer o ponto de situação ao estágio do projecto, forças e fraquezas;
- Estabelecimento de objectivos para o futuro tendo em vista melhorar o projecto;
- Ajudar os participantes a definir as suas próprias estratégias para aqueles objectivos;
- Ajudar os participantes a definir as evidências (indicadores) que demonstrem de forma credível os progressos feitos.

#### **2.3.1.3 Avaliação geradora de novos conhecimentos**

Este modelo busca com profundidade ver o que resultou, perguntar o porquê e o inverso, mas pressupõe o cuidado de procurar verificar também se é replicável e em que condições. Pressupõe um trabalho aturado e o que se poderia chamar de redes estáveis de cumplicidade

com a inovação, sendo esta considerada simultaneamente como um objectivo e como um recurso, que necessita de competências e abordagens transversais e sobretudo de tempo (Idem).

A avaliação geradora de novos conhecimentos é a que mais se enquadra para esta pesquisa devido ao facto do programa de cooperação descentralizada já ter chegado ao seu término, desta forma esta avaliação pode ajudar a compreender o que resultou e o que não resultou, o porquê e se os resultados da implementação do ProMaputo II no Município de Maputo são replicáveis.

### **2.3.2 Indicadores da avaliação da cooperação descentralizada**

Proença (2009), defende que indicadores para a avaliação terão que ser construídos caso a caso, em função dos objectivos de cada projecto ou programa e dos actores envolvidos. Trata-se sim de propor aos diversos envolvidos em cada projecto específico dois tipos de abordagens no processo da formulação de indicadores, tendo em conta que se trata de processos de Cooperação Descentralizada.

- Que indicadores são pertinentes para diagnosticar dinâmicas de mudança?

Por exemplo, ao nível dos processos, da organização, ao nível de factores subjectivos (como a auto-estima e auto-confiança), dos contextos envolventes, das novas capacidades criadas, ao nível da consistência organizacional atingida

- Que indicadores são pertinentes para diagnosticar os efeitos dos projectos e programas nos países doadores.

Por exemplo, relativos à mobilização de competências profissionais, ao envolvimento de actores diversificados, à diversidade de recursos mobilizados, à forma e conteúdos da informação transmitida sobre as acções e projectos, à criação de complementaridades de abordagens, incluindo a articulação com a pesquisa, a utilização da experiência para alimentar processos de influência ao nível das políticas.



### **3 CAPÍTULO - QUADRO TEÓRICO**

Para debater sobre, o papel da cooperação descentralizada na melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos no Município de Maputo no período de 2011-2020, buscamos subsídio na Teoria Geral do Desenvolvimento Local, proposta por Israel Massuanganhe.

#### **3.1 Teoria Geral do Desenvolvimento Local**

Massuanganhe (c2019) apresenta um modelo integrado de desenvolvimento, como uma nova forma de avaliar o desenvolvimento local, em oposição a visão dominante economicista e unidimensional na qual a questão da avaliação de programas de desenvolvimento é centrada nas variáveis e resultados quantificáveis ou tangíveis, desconsiderando o papel das “variáveis intangíveis ou resultados não quantificáveis, na transformação estrutural.

O Modelo Integrado de Desenvolvimento (MID), “defende que as variáveis subjectivas são determinantes no processo de desenvolvimento (...), pois os arranjos institucionais, a participação dos actores e a mudança de atitudes, podem ser factores fundamentais para o impulso do desenvolvimento” (Idem: 5).

De modo geral o MID “considera que o desenvolvimento das capacidades locais implica, em última instância, o respeito pelos valores locais, hábitos e costumes advindos do campo. A mudança não deverá implicar a substituição das actuais práticas, mas o aperfeiçoamento técnico orientado para melhoria da eficiência. Isto implica que a formação de quadros e agentes do desenvolvimento local não pode conflitar com os princípios naturais consagrados dentro de uma sociedade” (Idem: 3).

Não é o objectivo desta pesquisa levantar um debate sobre os pontos divergentes no que concerne o debate teórico sobre o tema desenvolvimento, mas importa-nos referenciar que a maioria das teorias clássicas dominantes de desenvolvimento assume, erroneamente, que existe uma lei de necessidade histórica que impulsiona cada sociedade a tentar replicar os estágios anteriormente experimentados pelos países que são, considerados desenvolvidos, os quais são vistos como exemplos a serem seguidos pelas nações atrasadas, as condições históricas que estavam presentes em certos períodos e em certas regiões do mundo, não são as mesmas em outros lugares e em outras épocas, entretanto, a universalização de tais teorias é questionável.<sup>11</sup> A mesma observação é estendida para as teorias da dependência por serem

---

<sup>11</sup> Rezende U.S. Quarto painel: *a teoria da delimitação dos sistemas sociais*. *Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma obra*. RAP-Revista de Administração pública, Rio de Janeiro, V.17,n:2, p.93-103, abri./jun. 1983.

baseadas, nos trabalhos de Marx, Engel, Lenin, Rosa Luxemburgo e outros teóricos marxistas. “Tais teorias incorporam, extensivamente, a análise clássica marxista do processo histórico e do imperialismo” (Idem: 101).

Segundo Tipps e Dean (1973 citados por Rezende U.S. Quarto painel 1983) os estudiosos se sentem à vontade em aplicar um quadro referencial teórico com o qual estão amplamente familiarizados (ou podem facilmente familiarizar-se) na análise de sociedades que não conhecem com profundidade. Por isso as teorias preocupadas com a actualização humana, por direito próprio, eficiência na produção de bens e na prestação de serviços, têm que defender uma variedade de ambientes organizacionais<sup>12</sup> o que significa tomar em conta a pluridimensionalidade do homem (RAMOS, 1989).

O MID considera que factores antropológicos e sociológicos devem ser tomados em conta na agenda do desenvolvimento local, o que é justificado pelo facto do modelo ser construídos sobre duas matrizes: (i) Matriz combinada entre o capital tangível e o capital intangível; e a (ii) Matriz Integrada que considera os actores e os factores do desenvolvimento” (Idem:1). Dentro deste quadro a antropologia em programas de desenvolvimento precisa ocupar-se de projectos de transformação social, para que não se transformem em dissociados simbolicamente dos processos locais da reconstrução e da invenção (ESCOBAR, 2005).

Ao considerar os factores antropológicos no desenvolvimento local significa compreender que o desenvolvimento implica mudança de atitudes, valores, crenças que concorrem para a transformação. As premissas subjectivas do desenvolvimento estão assentes na mudança de mentalidade e a conquista de novos espaços de acção de domínio público (interacção pode desenvolver uma cultura de cooperação entre os diferentes segmentos e consequentemente, dinamizar iniciativas de políticas públicas mais coerentes). Mas para tal os projectos, programas ou políticas publicas locais desse género devem ser mais inclusivos e integradas (Idem: 3).

Do ponto de vista sociológico do MID defende que a consciência de desenvolvimento deve ser acompanhada por mudanças subjectivas e qualitativas: relações sociais, hábitos e costumes, comportamento, atitudes e práticas, pois a consciência e o ser social determinam o tipo de cidadão. O equacionamento de um conjunto de valores fundamentais para se

---

<sup>12</sup> A organização que Ramos Guerreiro se refere não é só a organização formal ou organização economicista. É muito mais do que isto, é a ordem da vida humana associada, é a organização das interacções humanas.

promover o desenvolvimento, produz novas formas de coordenação dos níveis verticalmente cruzados do governo e um melhor uso do conhecimento local. A harmonia entre a educação formal e a educação informal determinará o nível de apropriação dos processos de desenvolvimento (Idem: 13).

O Modelo Integrado de Desenvolvimento apresenta duas variáveis agregadas que são: primeiro *stock* do capital intangível ou subjectivo que é verificado através dos níveis de crescimento do capital social. O modo de agir, as atitudes e práticas da sociedade, são factores imprescindíveis para um desenvolvimento sustentável. E o segundo é o *stock* do capital tangível que se traduz em níveis de crescimento económico e sua variabilidade ao longo do tempo (Idem).

O processo de desenvolvimento deve ser equacionado numa matriz de interacção de diferentes esferas de actuação: exercício do poder (governança); perspectiva de participação (mobilização e inclusão dos actores locais), na perspectiva de desenvolvimento de capacidades e aptidões (*empowerment*). Embora o desenvolvimento seja uma reprodução dos factores endógeno e exógenos. É importante que a dimensão endógena seja e esteja bem equacionada para garantir a maximização oportunidades decorrentes do ambiente externo - factores exógenos.

No quadro das políticas e estratégias de desenvolvimento os factores objectivos (materiais) devem ser equacionados como condicionantes. O nível de desenvolvimento do capital social e a consciência social (factores subjectivos) são factores determinantes para um desenvolvimento sustentável. “A questão central é apostar na mudança das mentalidades: “com pouco fazer muito”. A segunda questão é que para assegurar um desenvolvimento sustentável não é a quantidade das intervenções que contam mas a qualidade das mesmas: “fazer pouco mas com qualidade”(idem:5).

O processo de desenvolvimento local é caracterizado pelo facto de serem os actores os principais agentes na identificação dos problemas, formulação de estratégias, na tomada de decisões, na sua implementação e avaliação. Ainda que possa, e deva, contar com o apoio e a participação dos governos, ou mesmo de grandes empresas privadas, o modelo coloca no papel de liderança do processo a sociedade civil, as empresas e a administração local.

A força desse modelo vem da constatação que os projectos que contam com a destacada participação da comunidade local são mais bem idealizados e conduzidos. Entretanto a

dificuldade de adoptar tais políticas vem exactamente da ausência de indivíduos na comunidade com interesse e capacidade de participar dos projectos, algo muito comum nos pequenos territórios, e para colmatar esta situação é preciso que o processo de integração dos actores locais seja visto numa perspectiva de interacção entre os actores governamentais e não-governamentais. Alguns exemplos demonstram que as falhas nos processos e no desenvolvimento têm como uma das premissas a falta de sinergias e fraco envolvimento dos actores locais.

A responsabilidade de prestação de serviço público de gestão de resíduos sólidos tem sido atribuída exclusivamente ao CMM, isentando o cidadão e a sociedade civil na partilha da responsabilidade. Nesse contexto o MID, considera que a “mudança de mentalidade, hábitos e costumes, e a conquista de novos espaços de acção e interacção podem desenvolver a proactividade e cooperação entre os diferentes segmentos e, conseqüentemente, dinamizar iniciativas de governação inclusiva e políticas públicas concertadas e mais coerentes”(Idem).

O desenvolvimento local envolve políticas e estratégias influenciadas pelos protagonistas locais, buscando por meios endógenos, uma integração vantajosa de partilha de benefícios que vão impulsionar o desenvolvimento. O processo de desenvolvimento deve ser equacionado numa matriz de interacção de diferentes esferas de actuação: exercício do poder (governação); perspectiva de participação (mobilização e inclusão dos actores locais) e na perspectiva de desenvolvimento de capacidades e aptidões (*empowerment*). Estas três dimensões devem ser articuladas de forma convergente, no sentido de capitalizar as economias de escala e sinergias necessárias. Considera-se indispensável atender às mudanças subjectivas na forma de conceber, pensar e de agir da sociedade – mentalização, humanização, consciencialização, moralização (Idem).

A grande característica do processo de desenvolvimento local é o facto de os actores serem os principais agentes na identificação dos problemas, formulação de estratégias, na tomada de decisões, na sua implementação e avaliação. Ainda que possa, e deva, contar com o apoio e a participação dos governos, ou mesmo de grandes empresas privadas, o modelo coloca no papel de liderança do processo a sociedade civil, as empresas e a administração local. A força desse modelo vem da constatação que os projectos que contam com a destacada participação da comunidade local são mais bem idealizados e conduzidos (Idem). Por isso é importante que o desenvolvimento sustentável seja enraizado nas bases económicas e sociais (Idem).

## **4 CAPÍTULO - METODOLOGIA**

### **4.1 Tipo de pesquisa**

O papel da cooperação descentralizada na prestação de serviços públicos é um fenómeno pouco debatido no contexto moçambicano, por isso a quanto a natureza deste trabalho é uma pesquisa aplicada objectivando gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução do problema em particular na gestão de resíduos sólidos (PRODANOV; FREITAS, 2013). Do ponto de vista de seus objectivos a pesquisa é explicativa na medida em que procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenómenos observados e identificar os factores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenómenos e aprofunda o conhecimento da realidade (GIL, 2010 citado por PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para entender o fenómeno em estudo através da interpretação simultânea à apresentação de resultados recorreremos ao método qualitativo como de método de abordagem do problema. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (Idem).

Método de Abordagem escolhemos o hipotético-dedutivo que inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela referida hipótese.

### **4.2 Método de Procedimento**

Segundo GIL, (2008 citado por PRODANOV; FREITAS, 2013)O método monográfico tem como princípio que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Nessa situação, o processo de pesquisa visa a examinar o tema seleccionado de modo a observar todos os factores que o influenciam, analisando-o em todos os seus aspectos

### **4.3 Técnicas de recolha de dados**

Para técnicas de recolha de dados de pesquisa esta foi apoiada na revisão bibliográfica<sup>13</sup> consistiu na recolha do material teórico relevante constituído por livros e artigos que tratam

---

<sup>13</sup> "A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados actuais e relevantes relacionados com o tema." (MARCONI; LAKATOS:2003, p.158).

do tema relacionado com programas de cooperação descentralizada, prestação de serviços públicos e diversos artigos e monografias que tratam do problema de gestão de resíduos sólidos disponíveis na *internet*. Recorremos também a pesquisa documental<sup>14</sup> através de informações sobre o ProMaputo II disponibilizada pelo BM e pelo CMM. Para completarmos as informações colhidas realizamos entrevistas e administramos um rol de perguntas abertas ao CMM aos Municípes da Cidade de Maputo. As entrevistas realizadas ao CMM teve como objectivos compreender o papel dos actores envolvidos no programa de cooperação e o grau de participação na gestão de resíduos sólidos e identificar o nível de capacitação, sustentabilidade e empoderamento gerado pela cooperação descentralizada na gestão de resíduos sólidos. Também administramos entrevistas de forma intencional aos municípes da cidade de Maputo para avaliar o desempenho da cooperação descentralizada no serviço de gestão de resíduos sólidos.

Através destas técnicas foi possível avaliar a Cooperação Descentralizada na prestação do serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos no Município da Cidade de Maputo.

#### **4.4 Plano amostral**

Amostras não probabilísticas podem ser: amostras por acessibilidade ou por conveniência: constituem o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. O pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo. ((PRODANOV; FREITAS: 2013). O município de Maputo tem 1.122.607 de habitantes não sendo possível entrevistar todos por razões de exequibilidade escolhemos a amostragem não probabilísticas, sendo que a permitiu-nos colher um número (50) representativo da população do Município de Maputo, ao qual administramos questionários para recolha de dados.

#### **4.5 Limitações da pesquisa**

Durante a realização da pesquisa não foi possível obter com mais profundidade algumas respostas em torno da concepção dos objectivos do programa pois o Gabinete de Desenvolvimento Estratégico e Institucional (GDEI) responsável pelo ProMaputo II após o término da implementação do programa, o gabinete foi extinto e a Direcção de Serviço Municipal de Ambiente e Salubridade aonde fomos encaminhados não possuía tais informações. Também não foi possível entrevistar os técnicos do Banco Mundial ligados ao desenho do programa.

---

<sup>14</sup> “A pesquisa documental utiliza materiais que não receberam tratamento analítico.” (PRODANOV; FREITAS: 2013, p.128).

## **5 CAPÍTULO - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Neste capítulo faremos a apresentação, análise e interpretação dos resultados colectados no campo, sobre o nível de participação dos actores envolvidos, sustentabilidade, empoderamento desempenho resultantes da implementação ProMaputo II no Município de Maputo.

### **5.1 Descrição do Município de Maputo**

#### **5.1.1 Localização Geográfica**

O Município de Maputo é a maior cidade de Moçambique e a capital administrativa, política, económica e cultural do país. Localiza-se no extremo sul do país, na margem ocidental da Baía de Maputo. Limita-se a norte com o distrito de Marracuene, a sul com o distrito de Matutuíne, a oeste com o vale do rio Infulene, que o separa do Município da Matola e a leste com o oceano Índico.<sup>15</sup>

#### **5.1.2 Estrutura Político-administrativa**

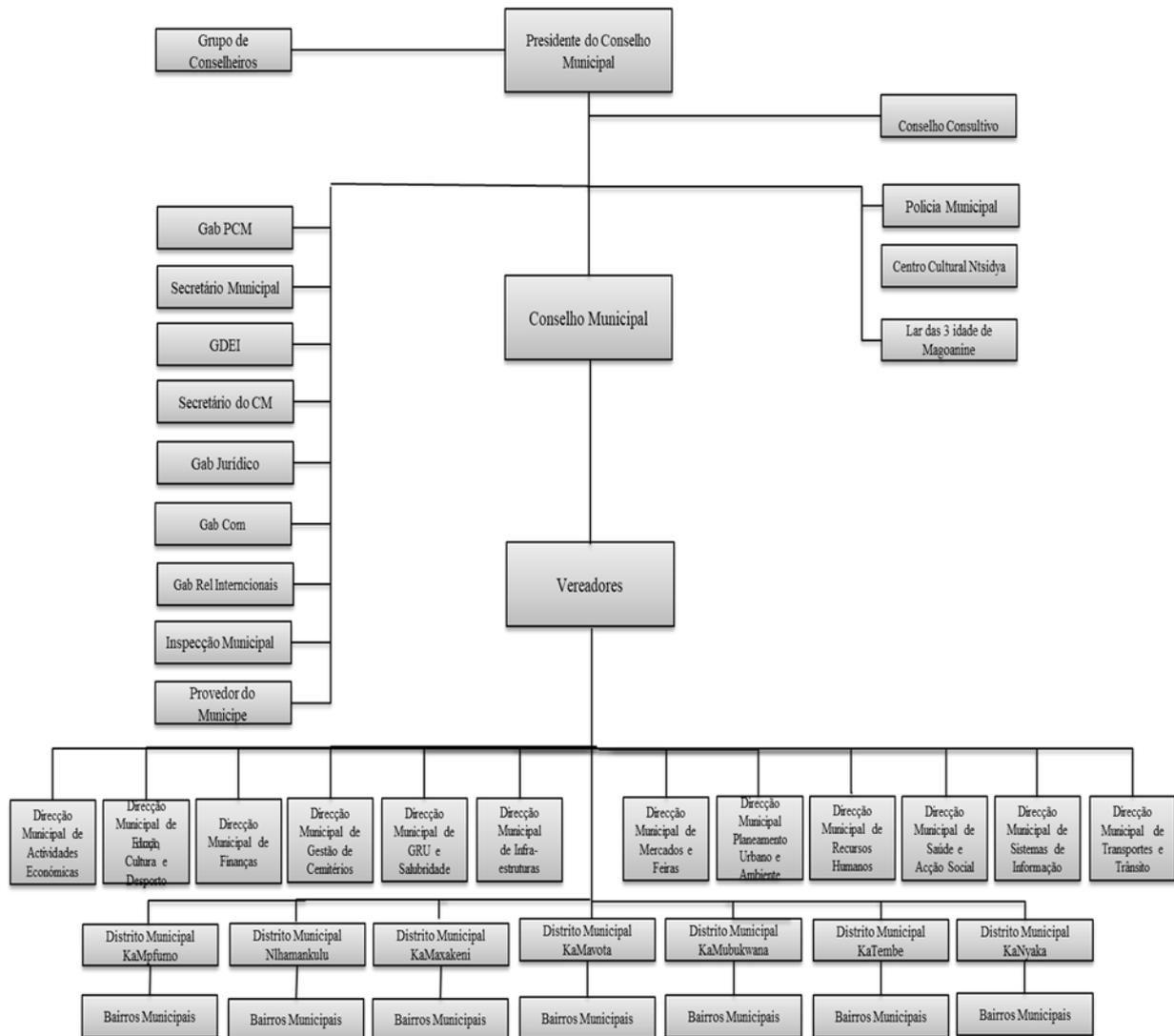
A cidade constitui administrativamente um Município com um governo eleito e também tem, desde 1980, o estatuto de província. Está dividida em sete Distritos Municipais, designadamente KaMpfumo, Nlhamakulu, KaMaxakeni, KaMubukwana, KaMavota, KaTembe e KaNyaka, os quais por sua vez estão subdivididos em bairros num total de 53 (Idem).

---

<sup>15</sup> DSMSAS (2015). *Plano Director de Saúde e Acção Social do Município de Maputo 2015-2019*.

### 5.1.2.1 Estrutura Administrativa do Conselho Municipal de Maputo

Gráfico 1: Organograma do CMM durante a implementação do ProMaputo II



Fonte: DSMSAS (2015)

## **5.2 ProMaputo II a manifestação da Cooperação Descentralizada no Serviço Público**

A implementação do ProMaputo II foi de grande importância para o desenvolvimento do CMM, o programa complementou o portefólio de outros programas destinados a aumentar a eficácia da Administração pública, tal como o Programa de Reforma do Sector Público. O ProMaputo apoiou uma reestruturação abrangente do CMM, de forma à fortalecer as suas capacidades institucionais e financeiras e melhorando a prestação e sustentabilidade dos serviços municipais através de uma ampla gama de investimentos, desde melhorias institucionais “leves” de longo prazo até grandes investimentos em infra-estruturas (TVEDTEN; CANDIRACCI, 2018).

O ProMaputo II tinha em vista fortalecer as capacidades aumentando e melhorando a prestação e sustentabilidade de serviços municipais prioritários e investimentos em infra-estruturas no Município de Maputo. O programa foi financiado por três actores, o BM concedeu um empréstimo de 80 milhões de USD dividido em duas fases, (30 milhões de USD para o ProMaputo I e 50 milhões de USD para o ProMaputo II). Do financiamento para o ProMaputo II o BM desembolsou 50 milhões de USD e esperava-se o financiamento do Governo Central<sup>16</sup> de 15 milhões de USD e auto financiamento do CMM no valor de 40 milhões de USD, sendo o custo total do programa de 105 milhões de USD.

O programa foi dividido em 5 componentes mas por questões de exequibilidade é imprescindível referir que a nossa análise é centrada apenas nos objectivos referentes ao serviço de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da sub-componente (E-1), integrado na componente E.

### **5.2.1 A sub- componente “E” do ProMaputo II: Gestão de Resíduos Sólidos**

A GRS é um dos problemas mais sensíveis que o CMM tem enfrentado e para a sua resolução o ProMaputo II desenhou uma estratégia de gestão de resíduos sólidos urbanos que nas suas linhas gerais estabeleceu como objectivo, melhorar a qualidade e expandir a cobertura da prestação de serviços GRS, para cobrir totalmente a cidade formal, bem como os bairros informais e garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo, e como forma de materialização deste objectivo, seguintes actividades foram desenvolvidas:

- Melhorias no planeamento, operação e monitoramento do gerenciamento de resíduos sólidos do CMM;

---

<sup>16</sup> A participação do governo central foi no financiamento do programa foi uma exigência do BM.

- Financiamento de contratos de gestão de resíduos sólidos de forma decrescente, até que o município pudesse cobrar taxas suficientes para cobrir a operação do serviço com recursos próprios;
- Campanhas de educação, eventos e serviços de comunicação associados em apoio à melhoria do saneamento municipal e gestão de resíduos sólidos;
- O desenvolvimento de estudos, planos e projectos para garantir a sustentabilidade ambiental da gestão de resíduos sólidos na área metropolitana de Maputo.

### **5.3 Apresentação e discussão dos resultados**

Esta fase da pesquisa será dedicada a fazer uma análise dos resultados alcançados em conformidade com os objectivos estabelecidos para confrontar a hipótese previamente levantada.

### **5.4 O papel dos actores envolvidos na cooperação e o grau de participação no desenho dos objectivos dos ProMaputo II.**

Para analisarmos a participação dos actores no desenho dos objectivos do ProMaputo II, no serviço de gestão de resíduos sólidos endossamos a perspectiva da Teoria Geral do Desenvolvimento Local de Massuanganhe (c2019) que defende que o processo de desenvolvimento deve ser equacionado numa matriz de interacção de diferentes esferas de actuação que envolve políticas e estratégias influenciadas pelos protagonistas locais com o objectivo de procurar, por meios endógenos, uma integração vantajosa de partilha de benefícios que vão impulsionar o desenvolvimento.

Por sua vez Hafteck (2003), aponta para a participação e contribuição da sociedade civil, dos sectores privado e organizações sem fins lucrativos como o diferencial da cooperação descentralizada de outras formas de cooperação.

Em teoria o ProMaputo II, trazia consigo uma abordagem de participação inclusiva entretanto verifica que o processo de desenho do ProMaputo *“contou apenas com a participação de consultores internacionais e nacionais quanto aos funcionários do CMM apenas coube-lhes implementar o programa, fazendo o que lhes era ordenado sem ter um conhecimento real do que se tratava, por isso que muitos dos funcionários do CMM não sabem o que realmente é o ProMaputo.”*<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Entrevista com Dr. João Calenga (Funcionário do CMM). Data: 13. Outubro.2021.Cidade de Maputo.

O que se reflectiu em produção de instrumentos e directrizes incompletos e ambíguos.<sup>18</sup> A TGDL defende que os projectos que contam com a destacada participação dos actores locais são mais bem idealizados e conduzidos. Porém ao CMM ou seja o Gabinete de Desenvolvimento Estratégico e Institucional (GDEI), apenas cabias discutir a implementação das decisões já tomadas pelo BM. Também o fraco envolvimento do CMM ou seja do GDEI afectou o arranque do programa pelo facto do CMM não ter alguns conhecimentos na utilização das *guidelines*, regras e procedimentos financeiro do Banco Mundial.<sup>19</sup>

Como parte do ProMaputo II em 2013 foram realizadas pesquisas com o apoio da Cooperação Japonesa (JICA) no quadro do projecto 3R,s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), para colher informações indispensáveis para o planeamento de GRS, com enfoque nos Estudos de Tempo e Movimento<sup>20</sup> e o de Quantificação e Qualificação dos Resíduos Sólidos Domésticos e Comerciais tais pesquisas possibilitaram a obtenção de dados novos e conhecimentos, o que possibilitou a revisão do Plano Director de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (PDGRSU) de 2007.<sup>21</sup> Entretanto durante a revisão do PDGRSU, os funcionários da CMM especificamente os da Direcção de Serviço Municipal de Ambiente e Salubridade (DMSC), sector responsável pela GRS não fizeram parte no processo de revisão do plano, “ninguém esteve envolvido na preparação do plano”, por isso que os funcionários da DMSC não tiveram uma compreensão clara e real dos conteúdos do PDGRSU.<sup>22</sup> “Nós os técnicos não fomos consultados durante a criação das soluções para a GRS, mas “acho” que a nível superior da Direcção foram consultados”<sup>23</sup>

*“Quando se implementa um programa espera-se que as pessoas sejam parte desse programa e que partilhem conhecimento o que não houve com o ProMaputo, por isso que há muitas chances dos Programas do Banco Mundial falharem por que pensam que tudo é apenas consultoria nem tudo é consultoria.”<sup>24</sup>*

O ProMaputo II, pode ser enquadrado na perspectiva de Escobar (2007) como uma ideia de desenvolvimento, criada com base no modelo das sociedades ocidentais, para ser aplicada nas

---

<sup>18</sup>CMM (2017). Relatório de Avaliação Interna do ProMaputo II- ICR. Maputo.

<sup>19</sup> Ibidem

<sup>20</sup> “A mobilidade reduzida causada pelas condições das vias de acesso da cidade interfere no transporte de resíduos sólidos.” Entrevista com o Dr. João Calenga( Funcionário do CMM). Data: 13. Outubro.2021.Cidade de Maputo.

<sup>21</sup>CMM, (2017).Op. Cit. p.2

<sup>22</sup> Ibidem.,p.3

<sup>23</sup> Entrevista com Florencia Francisco e Aide Bernardino (Técnicos da DSMAS). Data: 8. Junho.2021. Cidade de Maputo

<sup>24</sup> Entrevista com Dr. João Calenga (Funcionário do CMM). Data: 13. Outubro.2021.Cidade de Maputo.

sociedades do sul. Trata-se duma proposta externa aos fenómenos destas sociedades, que necessitava de ser reformulada a partir dum discurso feito do seu interior, isso é construído a partir dos saberes e experiências locais.

Por isso não gerou novas formas de coordenação dos níveis verticalmente cruzados do governo e um melhor uso do conhecimento local. Harmonizando a educação formal e a educação informal criando apropriação dos processos do programa.

## **5.5 Identificar o nível de capacitação, sustentabilidade e empoderamento gerado pela cooperação descentralizada na gestão de resíduos sólidos**

### **5.5.1 A nível da capacitação**

Com a capacitação queremos analisar os novos conhecimentos, (ex: Estudos), habilidades e recursos adquiridos para a melhoria da gestão de resíduos sólidos com a implementação do ProMaputo II.

E revelante referir que segundo a teoria de Massuaganhe (c2019) o desenvolvimento das capacidades locais implica, em última instância, o respeito pelos valores locais, hábitos e costumes advindos do campo. A mudança não deverá implicar a substituição das actuais práticas, mas o aperfeiçoamento técnico orientado para melhoria da eficiência (maior produtividade). Isto implica que a formação de quadros e agentes do desenvolvimento local não pode conflitar com os princípios naturais consagrados dentro de uma sociedade.

De acordo com Proença (2009) a incapacidade temporária de um governo prestar serviços básicos essenciais aos seus cidadãos não pode ter como resposta uma intervenção da CD de mera transferência daqueles serviços, antes devendo procurar que o acesso a esses serviços por parte das populações seja realizado no quadro de projectos e programas que tenham como objectivo o fortalecimento de instituições e a criação de capacidades locais, com progressiva transferência de competências e de poder.

### **5.5.2 Capacidades administrativas**

Nesse contexto, primeiramente foi necessário a *capacitação administrativa* através da reorganização do Departamento responsável pelo serviço de gestão de resíduos sólidos e criação de unidades específicas desde o planeamento, monitoria até o controlo.<sup>25</sup> A monitoria do serviço de recolha de resíduos sólidos ficou sob a responsabilidade de duas repartições do Departamento de Planificação e Monitoria (DPM), respectivamente a Repartição de

---

<sup>25</sup> World Bank, (2020). Mozambique – ProMaputo, Maputo Municipal Development Program (MMDP I and II). Independent Evaluation Group, Project Performance Assessment Report 146784 Washington, DC: World Bank. p.29

Fiscalização e a Repartição de Monitoria e Controlo de Qualidade, em parceria estreita com os serviços dos Distritos Municipais.

E de modo a tornar a monitoria e a fiscalização mais eficientes e fortalecer a *habilidade* de resposta na recolha de resíduos sólidos foram adquiridos equipamentos de comunicação e transportes no contexto do Programa de Monitoria Participativa (MOPA).<sup>26</sup>

O MOPA foi num sistema criado para permitir ao sector privado e aos cidadãos monitorar a recolha de resíduos sólidos reportando, imediatamente, casos de acúmulo de resíduos sólidos e existência de lixo, para DSMAS e o CMM, através de aparelhos como telefones celulares, *smart phones* e internet.

“Entretanto o CMM não consegue em torno da fiscalização responder à 100%”<sup>27</sup>, além de que poucos cidadãos sabem da existência do MOPA. A falta de recursos técnicos, materiais e financeiros indispensáveis para o bom funcionamento do serviço de limpeza urbana, contribuiu para a prevalência de lixeiras sem qualquer controlo, com alto risco de contaminação, emissões de gases não controlados<sup>28</sup> e proliferação de resíduos sólidos em locais públicos, constituindo um risco à saúde pública e à qualidade do meio ambiente.

### **5.5.3 Sistema de Recolha Duplo**

O ProMaputo II criou um sistema de recolha de resíduos sólidos que se adequasse a geografia do CMM, baseado num modelo duplo, e o mesmo foi projectado pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ) e financiado pelo Banco Mundial. O sistema de colecta típico de porta em porta no centro da cidade é desempenhado por empresa privada, e na periferia introduziu-se o sistema porta-a-porta de carrinhas de mão contratadas e administradas por uma organização de base comunitária, que recolhem os resíduos até os contentores de lixo para serem recolhidos por outra empresa privada contratada.

O sistema duplo de recolha de resíduos sólidos do ProMaputo II, tinha como abordagem incluir os cidadãos dos bairros periféricos na co-produção do serviço de GRS, contudo quando foi implementando o sistema de recolha primária nos bairros suburbanos no início “não se lançava um concurso público simplesmente a pessoa vinha e lhe era perguntada se tinha experiência e se conhece o bairro onde pretendia operar e era contratada.”<sup>29</sup> Face à esta

---

<sup>26</sup> Idem

<sup>27</sup> Entrevista com Florencia Francisco e Aide Bernardino (Técnicos da DSMAS). Data: 8. Junho.2021. Cidade de Maputo

<sup>28</sup> Félix, Julia (2014), *Desafios na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos*. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental Maputo.

<sup>29</sup> Entrevista com Florência Francisco e Aide Bernardino (Técnicos da DSMAS). Data: 8. Junho.2021. Cidade de Maputo

situação emergem dúvidas em torno da contratação das empresas que fazem a recolha primária nos bairros periféricos da cidade de Maputo, pois as comunidades locais pouco sabem sobre elas desde a sua constituição até ao processo de contratação pelo CMM. As mesmas não empregam pessoas das comunidades, e os concursos públicos são ganhos por pessoas de fora da comunidade (TVEDTEN, et al. 2015).

Os cidadãos consideram o sistema de porta-a-porta de carrinhas de mão “ineficiente e corrupto, (...) os colectores normalmente tendem a cobrar por um serviço que já foi pago com taxas normais e que deveria ser “gratuito”, e algumas organizações de base comunitária que apresentaram propostas para o emprego ao município, mas foram rejeitadas.<sup>30</sup>

Os cidadãos dos bairros suburbanos “argumentam que o município falhou ao dar-lhes um tipo de serviço diferente daquele da cidade formal e (...) eles demonstram o seu descontentamento depositando o lixo em espaços públicos, como estradas principais, mercados e em torno de contentores de lixo que se tornaram símbolos da sua pobreza e marginalização.”<sup>31</sup> Esse facto se enquadra nos exemplos que demonstram que as falhas nos processos e desenvolvimento têm como uma das premissas a falta de sinergias e fraco envolvimento dos actores locais.

#### **5.5.4 Capacidade de Colecta de Resíduos**

Oficialmente, a cidade de Maputo produz 1.100 toneladas métricas de lixo todos os dias, mas o funcionário municipal (*vereador*) responsável pelo sector reconhece que isso provavelmente representa apenas cerca de 50 por cento dos resíduos efectivamente produzidos (TVEDTEN; CANDIRACCI, 2018).

No início do programa, a capacidade de colecta de resíduos era de apenas 250 toneladas métricas; quase triplicou com o término do projecto para 650 toneladas métricas, ultrapassando assim a meta e em 2018 aumentou atingindo 950 toneladas métricas, além disso o número de pessoas atendidas com a colecta regular de resíduos sólidos aumentou de 100.000 em 2006 para 1,16 milhões em 2018 e 590 empregos foram criados por 35 organizações comunitárias contratadas para a colecta de lixo pelo CMM (WORLD BANK, 2020).

Verificamos que para avaliar a qualidade do serviço foi estabelecido um e único indicador através de um sistema de pesagem instalado na lixeira (báscula), organizada de forma a obter

---

<sup>30</sup> Tvedten, Inge; Candiracci, Sara (2018). Op. Cit. p. 640

<sup>31</sup> Idem:640

a média para os operadores principais: Operadores de Recolha Secundária, Conselho Municipal, Privados (Recolha de resíduos comerciais).

Não baste um e único indicador qualitativo para avaliar a qualidade das intervenções da CD. Os modelos economicistas, têm uma tangência mais de variáveis quantitativas e menos de dimensão qualitativa, ou seja, o desenvolvimento é visto numa perspectiva objectiva, colocando de lado todo um conjunto de variáveis ou factores de natureza subjectivas, pois são variáveis de influência qualitativa (valores, crenças e mudança na esfera das mentalidades, hábitos e costumes da sociedade).

### **5.5.5 Capacidade Financeira**

O financiamento do serviço de GRS este era subsidiado pelo BM/IDA sob o princípio de que progressivamente o CMM buscava condições de auto sustentar os custos dos serviço por meio próprios e foi sob este princípio que durante a implementação do ProMaputo II, que as seguintes acções foram desencadeadas:

Como forma de aumentar as receitas do serviço, a taxa de limpeza domiciliária arrecadada via EDM foi revista em 20% no ano de 2010 e em 30% no ano de 2015, também foi negociada em Janeiro de 2014 uma redução da comissão de 15 % para 5%;

O sistema de arrecadação de receitas do sector da Prova de Serviço também foi modernizado em 2014 através de um novo *software* de gestão e material informático adequado, de forma a permitir um melhor controlo dos produtores comerciais e aumento das respectivas receitas (taxa de limpeza, licenças, etc.).

O apoio financeiro concedido pela IDA foi de forma progressiva reduzido, em Agosto de 2013, e os custos dos contratos da zona suburbana e mercados foram suportados na sua totalidade por fundos próprios do CMM. (Idem:3). Na sequência do aumento da taxa de limpeza em 2015, também foi realizado um estudo profundo da sustentabilidade financeira do sector, olhando em particular ao sistema de taxa actual (em vigor na época) e formas de no futuro ainda aumentar as receitas, mas sem sobrecarregar as categorias socioeconómicas mais vulneráveis dentro da população da cidade (Idem:3).

Apesar dos bons resultados alcançados com a implementação do Programa os resultados entretanto as receitas que o CMM colecta do serviço de recolha dos resíduos não são suficientes para cobrir as despesas. E mais a repassa da taxa de limpeza feitas pela EDM para o CMM, não tem um mecanismo claro de prestação de contas o que gera um certo clima de

incerteza quanto as repassas que a EDM entrega para o Município<sup>32</sup>, pois “não existe uma ferramenta de controlo confiável para que o CMM monitore a arrecadação real de receitas.”<sup>33</sup> Esta desconfiança coloca em causa a ideia de uma relação substancial colaborativa patente na cooperação descentralizada.

O BM admite os resultados de desenvolvimento de gestão de resíduos sólidos em contexto de baixa capacidade financeira requerem um plano financeiro viável e mecanismos para cobrir as despesas de capital e recorrentes, que por sua vez podem exigir contribuições do governo central e local, além da taxa de usuários.

Nesse contexto de baixa capacidade financeira, o sector privado local provavelmente não consegue preencher todas as lacunas na prestação de serviços, a entrega de serviço precisa ser implementada de forma incremental, não é realista esperar a recuperação total dos custos exclusivamente das taxas e recursos do usuário.

Embora o serviço público tenha alcançado o acesso universal, e seja isso uma conquista significativa, em um contexto de baixa capacidade, os resultados são prejudicados pelo investimento insuficiente na disposição dos resíduos, especialmente porque isso afecta os mais vulneráveis.

## **5.6. Empoderamento**

O empoderamento é compreendido a partir do nível dos processos, da organização, ao nível de factores subjectivos (como a auto-estima e auto-confiança), dos contextos envolventes, das novas capacidades criadas, ao nível da consistência organizacional atingida (PROENÇA, 2003).

A TDL fixa a premissa sociológica baseada na ideia de que o desenvolvimento deve ser acompanhado por mudanças subjectivas e qualitativas: relações sociais, hábitos e costumes, comportamento, atitudes e práticas, pois a consciência e o ser social determinam o ser social. O que conduzirá a um determinado modelo de auto-reconhecimento, através do qual as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, de competência, de auto-valorização e auto-estima.

Focando no aspecto consciencialização e moralização, durante o programa o CMM implementou actividades de sensibilização e educação cívica, de forma a assegurar que o

---

<sup>32</sup> Entrevista com Dr. João Calenga (Funcionário do CMM). Data: 13. Outubro.2021.Cidade de Maputo.

<sup>33</sup> GIZ s/d). *Instrumentos Económicos na Gestão de Resíduos Sólidos, Estudo de Caso Maputo*, Moçambique. Maputo. p.20

cidadão tenha consciência das boas práticas de GRS e que participe activamente na melhoria do sistema de GRS. E deste modo destaca-se as seguintes acções:

- Criação de Gabinete de Educação Cívica dentro da DMSC<sup>34</sup> encarregado por campanhas de sensibilização;
- Criação da plataforma de Educação Ambiental junto com o MITADER e sociedade civil;
- Criação de clubes ambientais, campanhas de educação cívica regular nos mercados, praia Costa do Sol, Escolas Primárias.

A criação do “Gabinete de Educação Cívica dentro do sector da gestão de resíduos sólidos urbanos permitiu a implementação de campanhas de forma mais planeada, estruturada, e o alargamento dos actores envolvidos, tal como ministérios, sociedade civil, privados.”<sup>35</sup>

Não obstante, após a criação do Gabinete de Educação Cívica, o mesmo teve que se deparar com a inexistência de um quadro institucional legal que regule sobre a informação, educação e sensibilização dos cidadãos na área do sistema de GRS; falta de equipamentos técnicos básicos para execução das suas actividades e a falta de um orçamento próprio para cobrir as despesas da educação cívica e conscientização conforme o Plano Estratégico.<sup>36</sup>

E com o término do ProMaputo II, a avaliação de desempenho feita pelo BM conclui que a comunicação entre o município, os prestadores de serviços e os cidadãos diminuí e os recursos municipais mostram-se insuficientes para sustentar o ímpeto da reforma.<sup>37</sup> É possível ver em muitos pontos da Cidade de Maputo resíduos sólidos depositados de maneira imprópria, porque para muito dos cidadãos entre as várias motivações que apresentam para justificar tais práticas, imputam exclusivamente o papel de gestão de resíduos sólidos ao CMM, e o município assume que “ (...) não pode limpar sozinho um lixo que é produzido por milhões de pessoas, se essas pessoas não participam.”<sup>38</sup>

A forma como as acções de educação cívica e conscientização foram conduzidas, o tempo de execução das acções de educação cívica e conscientização dos cidadãos no âmbito da gestão de resíduos sólidos não foi suficiente, pois a construção de uma mentalidade cívica não ocorre da noite para o dia, com o término do programa as acções de conscientização também cessaram, e grande parte dos cidadãos entrevistados afirma que, não chegará de participar em

---

<sup>34</sup> Actualmente Direcção de Serviço Municipal de Ambiente e Salubridade (DSMAS).

<sup>35</sup> Conselho Municipal de Maputo

<sup>36</sup> CMM, (2017). *Projecto para a Promoção de Actividades Sustentáveis de 3R em Maputo, na República de Moçambique*: Relatório de conclusão do projecto. Setembro de 2017.

<sup>37</sup> World Bank, (2020). Op. Cit.

<sup>38</sup> <https://www.dw.com/pt-002/lixo-em-Maputo-%C3%A9-culpa-de-todos-diz-munic%C3%ADpio/a-18225046>

campanhas de género o que deixa claro que as acções de conscientização desenvolvidas pelo programa demonstram um fraco relacionamento entre o CMM e os diversos actores envolvidos na GRS.

O Município de Maputo não vê a crise da gestão de resíduos sólidos principalmente como resultado da qualidade dos serviços que fornece, mas sim como resultado de deficiências no comportamento dos residentes (TVEDTEN; CANDIRACCI, 2018).

O ProMaputo II não capacitou e não emponderou as comunidades para compreenderem os símbolos que vão dar significação a estratégia do Conselho Municipal consequentemente apropriarem-se dos objectivos do programa. A incerteza e o nível de fragilidade não pode ser argumento para compromissos de curta duração e intervenções pontuais; os sistemas concebidos para realidades estáveis e estruturadas, não podem ser transpostos ignorando o contexto. É exactamente nestas circunstâncias que uma análise fina, visão global, compromisso de longo prazo, sistemas apropriados e flexíveis devem ser priorizados e admitindo.

### **5.7 Sustentabilidade**

Durante a implementação do ProMaputo II, foi publicado pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ) um estudo que constatou que sem o apoio do programa o CMM não seria capaz de sustentar os níveis alcançados na prestação do serviço e a provisão adequada do serviço de GRS só poderia ocorrer mediante o alcance de três componentes, desenvolvidas em simultâneo, que são soluções técnicas adequadas e locais, instrumentos económicos para sustentar o serviço e a capacidade do CMM de implementá-los e sustentá-los (STRETZ, 2012).

Também o relatório do BM após o término da implementação do ProMaputo II apresentou o mesmo argumento referenciando que a sustentabilidade dos resultados positivos é incerta devido às deficiências associadas à capacidade de gestão institucional e financeira.<sup>39</sup>

Para a TDL não só factores institucionais e financeiros é que determinam a sustentabilidade mas também o comportamento, as atitudes e práticas da sociedade, são factores determinantes para um desenvolvimento sustentável.

Na mesma óptica Proença (2009) argumenta que quando os programas de cooperação descentralizada desenvolvem factores de criação de auto-confiança ou da auto-estima, em certos contextos ou com alguns grupos, gera elementos de mudança nas relações sociais e

---

<sup>39</sup> World Bank, (2020). Mozambique – ProMaputo, Maputo Municipal Development Program (MMDP I and II). Independent Evaluation Group, Project Performance Assessment Report 146784 Washington, DC: World Bank.

sustentabilidade que garantem impactos de maior prazo, independentemente da existência ou não de meios financeiros, projectos, etc.

Contudo constatamos que o CMM ainda apresenta os seguintes desafios na GRS:

- Construção do Aterro Sanitário;
- Adaptação do sistema de GRSU;
- Melhoramento da sustentabilidade financeira do sector;
- Encerramento e reabilitação da lixeira de Hulene;
- Melhoria da monitoria e gestão dos contractos;
- Educação cívica;
- Suportar actividades de 3R's.<sup>40</sup>

É difícil falar de sustentabilidade num contexto em que os desafios estão numa tendência crescente o que deixa claro que o programa não permitiu a implementação de um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos no CMM o sistema de gestão de resíduos patente resume-se em apenas numa tentativas de solucionar o problema com intervenções pontuais e a sobrevivência do mesmo.

O ímpeto de reforma do PorMaputo II era muito ambicioso para um contexto de fragilidades como o CMM e o garante o sucesso ou fracasso de um programa não é a quantidade das intervenções que contam mas a qualidade das mesmas: “fazer pouco mas com qualidade”.

---

<sup>40</sup> Entretanto a introdução dos 3R's constitui um grande desafio primeiramente por este ser um conceito relativamente novo e a promoção dos 3R's na DMSC não é clara entre os Departamentos, diferentes repartições, distritos e bairros, o que significou que as actividades de 3R's não estavam definidas de forma clara e estabelecidas como compromissos diários de GRS.

## **6 CAPÍTULO - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa iniciou da seguinte pergunta: De que forma a cooperação descentralizada contribuiu na melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos no Município de Maputo no período de 2011-2020? Como tentativa responder a pergunta levantada partimos da seguinte hipótese: A cooperação descentralizada no Município de Maputo no período de 2011-2020, contribuiu de forma significativa introduzindo reformas que resultaram na melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos. Não obstante algumas limitações persistem pois o programa não gerou capacidade de empoderamento e sustentabilidade a longo prazo na gestão de resíduos sólidos após o seu término.

O alcance dos nossos objectivos não é um processo esgotado tendo em conta a natureza do nosso estudo. A análise feita e alguns elementos demonstram que o ProMaputo II, foi de grande contributo, introduzindo reformas que ditaram a melhoria no ambiente urbano, através do aumento do número de beneficiários do serviço de recolha de resíduos sólidos que passou de 100.000 para 1,16 milhões cidadãos e as quantidades de resíduos recolhidos passaram de 250 toneladas métricas para 950 toneladas métricas, também através das 35 organizações comunitárias contratadas para a recolha primária de resíduos nos bairros criou 590 empregos.

A nossa pesquisa não pretende ignorar os aspectos positivos introduzidos pela cooperação descentralizada (em particular pelo ProMaputo II), na GRS, mas trazer para a reflexão como defende Massuanganhe (c2019) a perspectiva qualitativa e incorporar na análise elementos subjectivos porque são determinantes no processo de desenvolvimento, sobretudo em África.

A cooperação descentralizada não permitiu a participação activa e envolvimento de todos os *stakeholders*, desde o desenho de soluções até mesmo na implementação das mesmas não permitindo o engajamento dos funcionários do CMM e dos cidadãos de modo que pudessem expor as suas expectativas na forma como as deficiências na GRS deviam ser resolvidas e consequentemente apropriação dos objectivos do programa pelos funcionários do CMM.

Os autores Massuanganhe (c2019), Hafteck (2003) e Proença (2009) são unânimes no tocante a participação dos actores locais identificando-os como agentes principais na identificação dos problemas, formulação de estratégias, na tomada de decisões, na sua implementação e avaliação.

Apesar das melhorias alcançadas com a implementação do programa no período de 2011-2020, estas mudanças mostram-se insustentáveis a longo prazo. E os níveis alcançados na

gestão de resíduos sólidos durante a implementação do ProMaputo II, reduziram após o término deixando evidente que o programa não emponderou o CMM gerando capacidades para que por si só fosse capaz de manter ou elevar os níveis alcançados com a implementação. Do ponto de vista financeiro o programa não buscou criar formas de sustentabilidade financeira para que após o término do apoio financeiro do BM, o CMM tivesse capacidade financeira e que através de recursos próprios fosse capaz de cobrir as despesas inerentes a GRS.

No tocante ao emponderamento o ProMaputo II, não criou um método de comunicação eficiente de forma a desenvolver uma consciência de responsabilidade mútua entre os cidadãos e o CMM na GRS, em que cada parte com um papel diferente mas ambos tendo a mesma responsabilidade de manter a cidade limpa. Essa abordagem significaria tomar os processos do programa na GRS em vários níveis, articulando com as diferentes perspectivas de forma que orientasse os actores externos assim como os internos.

“Com a crescente disparidade entre a demanda e a oferta dos serviços públicos, atendendo aos limitados recursos para satisfazer uma multiplicidade de necessidades, as abordagens contemporâneas defendem uma concepção cada vez mais multidimensional, com influência de variáveis objectivas e subjectivas na identificação dos factores determinantes as políticas devem concorrer para a promoção do capital social, factor determinante no processo de desenvolvimento (MASSUANGANHE; c2019) ”.

Os esforços para recolher os resíduos sólidos urbanos em toda a cidade de Maputo, não foram acompanhados pelos esforços de garantir a deposição e eliminação correcta dos resíduos. Pois dois dos objectivos que seriam a espinha dorsal do sucesso do programa que era o encerramento da lixeira de Hulene que já esgotou na totalidade a sua capacidade e expõe em risco a saúde pública e a construção de novo aterro sanitário não foram concretizados. Face a complexidade da GRS não se deve esperar que apenas distribuição de contentores de lixo em alguns pontos da cidade seja suficiente para resolver o problema da GRS na cidade de Maputo.

De modo geral as reformas introduzidas por este programa, contribuíram para a melhoria do serviço de gestão de resíduos sólidos, entretanto as mesmas não foram acompanhadas por uma verdadeira relação substancial colaborativa que permitisse uma participação activa dos cidadãos e do CMM, criando bases de sustentabilidade financeira, desenvolvendo o

empoderamento e a capacidade do CMM para por si mesmo preste um serviço de gestão de resíduos sólidos de qualidade e sustentável a longo prazo.

### **6.1 Recomendações**

Através do debate do quadro teórico, dos dados recolhidos no campo, da hipótese, e das conclusões desta pesquisa, avançamos as seguintes recomendações, que a serem implementadas poderão contribuir no futuro de programas ou projectos da cooperação descentralizada no CMM:

- O CMM deve se posicionar com actor-chave nas relações de cooperação descentralizada e não permitir que as suas fragilidades sejam superadas através da execução directa de programas e projectos por parte dos seus parceiros de cooperação;
- A falta de capacidade não deve ser argumento para compromissos de curta duração e intervenções pontuais, concebidos para realidades estáveis e ignorando o contexto do local;
- a incapacidade temporária do CMM em prestar serviços básicos essenciais aos seus cidadãos não pode ter como resposta uma intervenção da CD de mera transferência daqueles serviços, antes devendo procurar que o acesso a esses serviços por parte das populações seja realizado no quadro de projectos e programas que tenham como objectivo o fortalecimento de instituições e a criação de capacidades locais, com progressiva transferência de competências e de poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Abiko, Alex (2011). *Serviços Públicos Urbanos*. São Paulo: Escola Politécnica da USP/Departamento de Engenharia de Construção Civil.
2. Abrahamsson, Hans; Nilsson, Andes (1994). *Moçambique em Transição: Um estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1994*.
3. Chichava, Ana; Faria, Fernanda (1999). *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique*. Maputo: Comissão Europeia.
4. Conforto, Gloria (1997). *Novos modelos de gestão na prestação de serviços públicos e o estabelecimento do marco regulatório*. Rio de Janeiro, Jul/Agost.1997, Pp.216-229.
5. Corrêa, Márcio Lopes (2010). *Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia*. Brasília: Edição do Autor.
6. DSMSAS (2015). *Plano Director de Saúde e Acção Social do Município de Maputo 2015-2019*.
7. Escobar, Arturo (2005). *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? in: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLASCO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. pp. 133-168.
8. Escobar, Arturo (2007). *Worlds and Knowledges Otherwise*, Cultural Studies.
9. Félix, Julia (2014), *Desafios na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos*. Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental Maputo.
10. Hafteck, Pierre (2003). *An Introduction to Decentralized Cooperation: Definitions, Origins, and Conceptual Mapping*. Public Administration Development, Pp. 333-345.
11. Heerdt, M. (2007). *Metodologia científica e da pesquisa: livro didáctico*. Palhoça: UnisulVirtual. 5º edição.
12. Herian, M. (2014). *Trust in Government and Support for Municipal Services*. *State and Local Government Review*, Vol. 46(2). Pp. 82-90.
13. Ilal, Abdul; Weimer, Bernhard (2017). *Os desafios principais param as autarquias moçambicanas: Uma análise com enfoque às transferências fiscais intergovernamentais*. Maputo. IESE. 19 – 21 Setembro, 2017. p.8.
14. Ilal, Abdul; Weimer, Bernhard (2017). *Urbanização, serviços públicos e recursos fiscais – Os desafios principais para as autarquias moçambicanas: Uma análise com*

*enfoque às transferências fiscais intergovernamentais andando de forma crescente os serviços básicos.* Maputo, IESE. Setembro 2017.

15. Maloa, J. M. (2019). *A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio.* *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana.*
16. Massuaganhe, Israel (c2019). *Teoria Geral do Desenvolvimento Local.* [s.l.]. Disponível em: [WWW.Researchgate.Net/Publication/334679592\\_Teoria - \\_Geral\\_do\\_Developolvimento\\_Local](http://WWW.Researchgate.Net/Publication/334679592_Teoria_-_Geral_do_Developolvimento_Local).
17. Mbiba, Beacon (2014), "*Urban solid waste characteristics and household appetite for separation at source in Eastern and Southern Africa.*", *Habitat International* Vol. 43.
18. Nganje, Fritz (2015). *Decentralized Cooperation and the New Development Cooperation Agenda: What Role for the UN?* United Nations University Centre for Policy Research.
19. Nóbrega, Theresa (2017). *Serviço Público à Brasileira: Crises Contemporâneas.* Belo Horizonte v. 35 n. 2 p. 99-116 jul./dez. 2017.
20. Prodanov, C. C; Freitas E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.* Novo Hamburgo: Feevale. 2ª Edição.
21. Proença, Fátima (2009). *Avaliando a Cooperação Descentralizada: pistas para um modelo com aplicação empírica.* Lisboa. CEAs. nº. 77.
22. RAMOS, A. G. (1989) *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2ª Edição. p.143.
23. Rezende U.S. *Quarto painel: a teoria da delimitação dos sistemas sociais.* *Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma obra.* RAP-Revista de Administração pública, Rio de Janeiro, V.17,n:2, p.93-103, abri./jun. 1983.
24. Silveira, Daniel; Haret, Florence (2016). *A crise no conceito clássico de Serviço Público e a sua Repercussão no regime Jurídico das Taxas.* REPATS, Brasília, V. 3, nº 2, p. 245-275, jul-Dez, 2016.
25. Silveira, Daniel; Haret, Florence (2016). *A crise no conceito clássico de Serviço Público e a sua Repercussão no regime Jurídico das Taxas.* REPATS, Brasília, V. 3, nº 2, p. 245-275, jul-Dez, 2016.

26. Stephen, P. Osborne (2010). *Delivering Public Services: Time for a new theory?* Public Management Review, 12:1, 1-10. Pp.135-136
27. Stretz, Joachim (2012). *Economic Instruments In Solid Waste Management, Case study Maputo, Mozambique.* Bonn & Eschborn: GIZ.
28. Tvedten, Inge et al. (2015). *Gestão dos Resíduos Sólidos em Maputo, Moçambique.in. Resumo de Política IV.* Bergen: Chr. Michelsen Institute.
29. Tvedten, Inge; Candiracci, Sara (2018). *“Flooding our eyes with rubbish”: urban waste management in Maputo, Mozambique.* International Institute for Environment and Development. 6 3 1 Vol 30. Pp. 631–646.
30. Unceta, Koldo et al. (2015). *The Municipalities Decentralized Cooperation: The Case of the Basque Country.* Hegoa Institute, University of the Basque Country (UPV/EHU), Bilbao, Spain. Journal of Social Sciences and Humanities Vol. 1, No. 5, pp. 470-479.
31. Unceta, Koldo; Villena, Unai; Labaien, Irati (2015). *The Municipalities Decentralized Cooperation: The Case of the Basque Country.* Hegoa Institute, University of the Basque Country (UPV/EHU), Bilbao, Spain. Journal of Social Sciences and Humanities Vol. 1, No. 5, pp. 470-479.
32. United Nations (2008). *Contribution of Decentralized Cooperation to Decentralization in Africa.* New York: DESA-DPADM.
33. Weimer, B; Carrilho, J. (2017). *A Economia Política da Descentralização em Moçambique: Dinâmicas, Efeitos, Desafios.* Maputo: IESE.
34. Hannah, John (1970). *New directions in foreign aid for the 1970's.* American journal of agricultural economics, v. 52, n. 2, p. 302-307, May 1970.

## WEBSITES

<https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2018/02/20/improving-service-delivery-in-maputos-poor-neighbourhoods>

<http://www.redesparaodesenvolvimento.org/1imagesstoriesFichasTematicasCDescentralizada.pdf>

<https://www.dw.com/pt-002/lixo-em-Maputo-%c3%A9-culpa-de-todos-munic%C3%8Dpio/a-182>

[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/MEMO\\_95\\_10](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/MEMO_95_10)

## **ENTREVISTAS**

1. Entrevista com Dr. João Calenga (Funcionário do CMM). Data: 13. Outubro.2021.Cidade de Maputo.
2. Entrevista com Florência Francisco (Técnico da DSMAS). Data: 8. Junho.2021. Cidade de Maputo
3. Entrevista com Aide Bernardino (Técnico da DSMAS). Data: 8. Junho.2021. Cidade de Maputo

# Anexos

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

**Cooperação Descentralizada e os Serviços Públicos Locais: O caso do ProMaputo II na gestão de resíduos sólidos II (2011-2020).**

**Guião de entrevista para o CMM**

1. Quem foram os actores envolvidos na elaboração do ProMaputo e como foi o processo de desenho do programa?
2. Quais foram os objectivos desenhados pelo ProMaputo II para a gestão de resíduos sólidos?
3. Qual foi o papel desempenhado por cada actor desde o processo de elaboração até a implementação destes objectivos?
4. Que mecanismos foram usados para garantir uma participação eficiente dentro do programa?
5. Como é que os Municípios participaram desde a criação até a implementação de acções para o alcance destes objectivos?
6. O programa tomou em conta a importância ao conhecimento local como um factor que podia influenciar nos objectivos traçados?
7. Quais foram os desafios encontrados na implementação programa, especificamente na gestão de resíduos sólidos?
8. Os objectivos foram alcançados?
9. Os resultados alcançados são sustentáveis a longo prazo?
10. O ProMaputo II mudou a consciência dos municípios no que refere a responsabilidade de gestão de resíduos sólidos?
11. O ProMaputo II promoveu algum projecto de reciclagem de resíduos sólidos?
12. Actualmente podemos considerar a Cidade de Maputo plenamente limpa?
13. Comentários adicionais?

**Obrigado!**

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Licenciatura em Administração Pública

**Cooperação Descentralizada e os Serviços Públicos Locais: O caso do ProMaputo II na gestão de resíduos sólidos (2012-2020)**

**Guião de entrevista para a Direcção de Serviço Municipal de Ambiente e Salubridade**

Em 2012 foi implementado o Programa de Desenvolvimento Municipal do Município de Maputo II (ProMaputo II), o programa foi orientado pelo principal objectivo de aumentar a abrangência e qualidade dos serviços prestados pelo CMM aos munícipes e uma das suas componentes era dedicada ao serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos.

1. Quando os objectivos do ProMaputo II foram desenhados a direcção técnica foi consultada?
2. Depois da implementação o que mudou na gestão de resíduos sólidos?
3. O ProMaputo II mudou a consciência dos munícipes no que refere a responsabilidade de gestão de resíduos sólidos?
4. O ProMaputo II promoveu ou estão associados a algum projecto ou empresa de reciclagem de resíduos sólidos?
5. Actualmente podemos considerar a Cidade de Maputo plenamente limpa?
6. Os resultados alcançados são sustentáveis a longo prazo?
7. O ProMaputo II mudou a consciência dos munícipes no que refere a responsabilidade de gestão de resíduos sólidos?
8. Comentários adicionais?

**Muito obrigado!**

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Licenciatura em Administração Pública

**Cooperação Descentralizada e os Serviços Públicos Locais: O caso do ProMaputo II na gestão de resíduos sólidos (2011-2020)**  
**Guião de entrevista**  
**Municípios de Maputo**

Em 2011 foi implementado o Programa de Desenvolvimento Municipal do Município de Maputo II (ProMaputo II), o programa foi orientado pelo principal objectivo de aumentar a abrangência e qualidade dos serviços prestados pelo CMM aos municípios e uma das suas componentes era dedicada ao serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos.

1. Actualmente após o término da implementação do programa considera que a prestação do serviço de gestão de resíduos sólidos na cidade de Maputo é eficiente? Se não, o que deveria ser melhorando?
2. Com a implementação do programa (2012-2020), podemos assumir que os municípios ganharam a consciência de que a gestão dos resíduos sólidos não é apenas da responsabilidade do Município?
3. Na tua opinião como deveria ser feita a gestão de resíduos sólidos?
4. Comentários adicionais?

**Muito obrigado!**